UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE · JUSTIÇA FEDERAL DA 3ª REGIÃO

Interprêt

Plataforma de intérpretes forenses para a Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro

CONVITE

Evento de lançamento da plataforma

O problema que o projeto enfrenta

6.800

nomeações de intérpretes em toda a Justiça Federal entre janeiro de 2017 e dezembro de 2019

2.702

dessas nomeações na 3ª Região, sendo 1.496 somente nas Varas criminais de Guarulhos

nenhum

cadastro nacional de intérpretes forenses certificados, programa oficial de seleção ou código de ética

Por que é uma obrigação do Judiciário

A assistência linguística de qualidade é pressuposto do devido processo legal para estrangeiros, indígenas e pessoas surdas. Sem ela, o réu não se defende e o juiz não conhece os fatos.

- Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, art. 14.3.f
- Convenção Americana sobre Direitos Humanos, art. 8.2.a
- Constituição Federal, art. 5º, caput
- CPP, arts. 193 e 223; CPC, art. 149
- Resoluções CNJ 213/2015, 287/2019, 405/2021 e 454/2022

O que a plataforma faz

Localiza pelo par exato de idiomas
407 idiomas em padrão internacional, com forte presença de línguas indígenas. A proficiência é direcional e distingue interpretar de traduzir.

Certifica por terceiro especializado
Cinco espécies de qualificação, cada uma com documento comprobatório e validação por entidade certificadora. Validada uma vez, vale para todas as unidades.

Inverte a busca
Publicada a audiência, os profissionais compatíveis são notificados e se candidatam. Atende à urgência da audiência de custódia e impõe o revezamento em atos prolongados.

Preserva a discricionariedade do juízo
Não há ranqueamento nem sugestão automática: o sistema organiza a informação e a escolha permanece do magistrado, com registro de autoria e data.

O percurso

2022
1º Curso de Capacitação de Intérpretes Forenses da Justiça Federal

Fev 2025
Início da pesquisa, com apoio do fundo de pesquisa do Mackenzie até 2027

2025
Acordo de Cooperação Técnica com TRF3, JFSP e JFMS; projeto declarado prioritário

Set 2025
Primeiro protótipo, após três pesquisas jurídicas e levantamento de requisitos em campo

Agora
Produto mínimo viável concluído, pronto para uso em ambiente real e integração à PDPJ-br

Pesquisa multidisciplinar e interinstitucional: oito professores das Faculdades de Direito e de Computação e Informática, dois magistrados pesquisadores e alunos de graduação das duas áreas, organizados em quatro subgrupos, com magistrados, servidores, intérpretes e advogados participando da investigação.

LANÇAMENTO DA PLATAFORMA

Auditório João Calvino
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Campus Higienópolis · Rua da Consolação, 896, Prédio 41 · São Paulo/SP

27 de outubro de 2026
Terça-feira, às 9h30